



ANARP
ASSOCIAÇÃO NOVA AURORA

Anexo

Demonstrações Financeiras

2016

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	9
5	Ativos Fixos Tangíveis	10
6	Custos de Empréstimos Obtidos.....	10
7	Inventários	11
8	Réido.....	11
9	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	11
10	Subsídios do Governo e apoios do Governo	11
11	Benefícios dos empregados	12
12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	12
13	Outras Informações	13
13.1	Investimentos Financeiros	13
13.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	13
13.3	Créditos a receber.....	13
13.4	Outros ativos correntes	13
13.5	Diferimentos	13
13.6	Caixa e Depósitos Bancários	14
13.7	Fundos Patrimoniais	14
13.8	Fornecedores	14
13.9	Estado e Outros Entes Públicos	14
13.10	Outros passivos correntes	14
13.11	Subsídios, doações e legados à exploração	15
13.12	Fornecimentos e serviços externos	15
13.13	Outros rendimentos.....	15
13.14	Outros gastos	15
13.15	Resultados Financeiros	16
13.16	Acontecimentos após data de Balanço.....	16

1 Identificação da Entidade

A "ANARP – ASSOCIAÇÃO NOVA AURORA" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Instituição Particular de Solidariedade Social", registada na Direção Geral da Ação Social no Livro nº 6 das Associações de Solidariedade Social, sob o nº 19/97 a fls. 178 verso em 30 de maio de 1996, com sede em Rua Coronel Almeida Valente, nº 280, Porto.

Tem como objetivos:

- Promover o apoio, formação e investigação no domínio da saúde mental e reabilitação psicossocial;
- Promover a reabilitação e reintegração de pessoas com doença mental grave a dar apoio às famílias;
- Promover a integração social de cidadãos inadaptados e/ou em situação de exclusão social, com falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- Implementar ações de apoio à infância e juventude, incluindo crianças e jovens em perigo.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as comparticipações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às comparticipações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma comparticipação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

No entanto, se a cessação do contrato não implicar qualquer pagamento de compensação ao trabalhador, o reembolso das respetivas contribuições efetuadas para o FCT (e eventual ganho por valorização no fundo) reverte para a entidade patronal.

3.2.3 Inventários

Os "Inventários" estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes .

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

L

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2015	Adições	Abate	Transferência	31-12-2016
Terrenos e recursos naturais	79.807,66				79.807,66
Edifícios e outras construções	311.005,34				311.005,34
Equipamento Básico	44.687,77	1.806,50		1.268,41	47.762,68
Equipamento de Transporte	54.020,42				54.020,42
Equipamento Administrativo	53.386,12	690,62		2.274,47	56.351,21
Outros Ativos Fixos Tangíveis	3.542,88			-3.542,88	0,00
Ativo Tangível Bruto	546.450,19	2.497,12	0,00	0,00	548.947,51
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e outras construções	157.134,16	4.841,03		-1.147,07	160.828,12
Equipamento Básico	44.687,77	917,58		1.268,41	46.873,76
Equipamento de Transporte	33.272,02	2.915,07			36.187,09
Equipamento Administrativo	53.467,17	56,11		2.193,42	55.716,70
Outros Ativos Fixos Tangíveis	3.542,87			-3.542,87	0,00
Depreciações Acumuladas	292.103,99	8.729,79	0,00	-1.278,11	299.605,67
Ativo Tangível Líquido	254.346,20	-6.237,57	0,00	1.228,11	249.341,64

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2016			2015		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	38.116,02	38.116,02	0,00	49.437,03	49.437,03
Total	0,00	38.116,02	38.116,02	0,00	49.437,03	49.437,03

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Inventários" tem os seguintes valores:

Descrição	2015				2016			
	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	39.243,20	0,00	0,00	39.835,65	12.994,48	1.132,01	
Total	0,00	39.243,20	0,00	0,00	39.835,65	12.994,48	1.132,01	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				39.243,20				51.698,12

8 Rérito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réritos:

Descrição	2016	2015
Prestação de Serviços	275.400,03	258.210,03
Quotas de utilizadores	272.644,55	255.523,01
Quotas e joias	2.755,48	2.687,02
Outros Réritos	0,16	0,38
Juros	0,16	0,38
Total	275.400,19	258.210,41

9 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2015 e 2016, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2015	Aumentos	Diminuições	2016
Outras provisões	79.681,00	0,00	79.681,00	0,00
Total	79.681,00	0,00	79.681,00	0,00

10 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	31/12/2016			31/12/2015		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados
ISS, IP	Não reembolsável	0,00	0,00	405.583,32	0,00	0,00	401.427,49
IEFP	Não reembolsável	0,00	0,00	13.366,87	0,00	0,00	27.424,33
I.N.R.	Não reembolsável	0,00	0,00	9.475,90	0,00	0,00	7.660,43
INTEGRAR med.5 (Ativos Fixos Tangíveis - Edifício)	Não reembolsável	148.442,25	0,00	4.372,27	152.814,52	0,00	4.788,46
TOTAL		148.442,25	0,00	4.372,27	152.814,52	0,00	4.788,46

11 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2016 e 2015 foram de "11". De um período para o outro não se verificou a alteração de qualquer membro.

Os Voluntários ao serviço da instituição no ano 2016 são os seguintes:

Voluntários	Funções desempenhadas	Nº horas anuais
1	Apoio Cozinha/refeitório	440
1	Apoio creche/pré-escolar	50
3	Apoio CATL (serviço comunitário)	252

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2015 foi de "41" e em 31/12/2016 foi de "38".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações ao pessoal	430.323,52	420.628,77
Indemnizações	652,40	62,30
Encargos sobre as Remunerações	89.910,25	87.531,21
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1.495,57	2.470,98
Outros Gastos com o Pessoal	2.967,53	3.910,84
IEFP – Estágios/CEI/CEI+	4.249,61	3.144,15
Total:	523.598,88	517.743,25

12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas às Finanças em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2016	2015
Outros investimentos financeiros		
Fundo Compensação do Trabalho	1.232,64	628,05
Total	1.232,64	628,05

13.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Ativo		
Quotas	312,50	0,00
Total	312,50	0,00

13.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2016 e 2015 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	1.020,00	0,00
Total	1.020,00	0,00

13.4 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Adiantamentos a fornecedores	0,00	5.740,00
Entidades do Setor Público Administrativo - IEFP	2.165,29	0,00
Outros Devedores	1.500,00	1.500,00
Total	3.665,29	7.240,00

13.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Gastos a Reconhecer		
Seguros	2.537,05	2.589,42
Projeto INTER GERA A	0,00	4.321,62
Total	2.537,05	6.911,04
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP	1.312,30	0,00
Total	1.312,30	0,00

13.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2016	2015
Caixa	3.088,17	3.406,31
Depósitos à ordem	3.420,74	2.707,79
Depósitos a prazo	0,00	1.500,00
Total	6.508,91	7.614,10

13.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Reservas	79.807,66	0,00	0,00	79.807,66
Resultados transitados	-178.520,80	78.715,93	-14.726,48	-114.531,35
Outras variações nos fundos patrimoniais	152.814,52	0,00	-4.372,27	148.442,25
Total	54.101,98	78.715,93	-19.098,75	113.718,56

13.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	7.700,26	0,00
Total	7.700,26	0,00

13.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Ativo		
Imposto sobre o Rendimento	0,00	67,08
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.983,19	753,27
Total	1.983,19	820,35
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	6.797,56	5.971,00
Segurança Social	20.465,97	19.108,94
Fundo Compensação do Trabalho	62,50	61,80
Total	27.526,03	25.041,74

13.10 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimo de gastos		76.301,34		69.515,07
Outros credores		2.410,00		14.410,00
Total	0,00	78.711,34	0,00	83.925,07

13.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Estado e outros entes públicos	428.426,09	436.512,25
Doações e heranças - Donativos	22.215,09	1.780,50
Outros – Fundação Calouste Gulbenkian	20.012,00	0,00
Total	470.653,18	438.292,75

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

13.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Subcontratos	350,55	0,00
Serviços especializados	45.133,90	41.757,97
Materiais	5.929,71	6.254,97
Energia e fluidos	37.329,49	33.309,22
Deslocações, estadás e transportes	9.943,11	3.274,97
Serviços diversos	42.028,59	43.839,06
Encargos com utentes	9.777,53	5.244,04
Total	150.492,88	133.680,23

13.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Outros Rendimentos	8.562,28	6.186,50
Outros rendimentos	8.562,28	6.186,50
Juros e Outros Rendimentos Similares	0,16	0,38
Juros Obtidos	0,16	0,38
Total	8.562,44	6.186,88

13.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	2.463,81	556,35
Outros Gastos	8.137,63	1.215,50
Total	10.601,44	1.771,85

13.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	2.645,82	2.799,08
Total	2.645,82	2.799,08
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,16	0,38
Total	0,16	0,38
Resultados Financeiros	-2.645,66	-2.798,70

13.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de Dezembro de 2016

O Contabilista Certificado

A Direção